



ESTADO DE RONDÔNIA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

EXTRATO CONTRATO Nº 37 / 18

CELEBRAÇÃO: 21 / 08 / 2018

PARTES: MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE E ZENILDA DE FATIMA RODRIGUES.

OBJETO: O presente CONTRATO tem por objeto contratação para locação de um imóvel urbano em alvenaria, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 292, bairro Industrial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde para que possa funcionar o PSF (Programa Saúde da Família). Nos termos do Projeto Básico, especificações técnicas e demais documentos que instruem o Processo Administrativo n.º 3082/2018.

INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSAU

FONTE DE RECURSOS: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte programação:

Programação Financeira: 10.301.0031.2040.0000.

Elemento de despesas: 3.3.90.36.15.

Fonte de recursos: FNS/BATB

Ficha: 304.

Conforme NOTA DE EMPENHO nº 1504/2018.

VALOR: O valor do aluguel mensal é de R\$. 1.300,00. (Um mil e trezentos reais), perfazendo o valor total do Contrato em R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais) procedente do orçamento vigente para o corrente exercício, irrecorrível.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mês a mês de acordo com o valor acordado.

PROCESSO: 3082/2018

ROBISLETE DE JESUS BARROS
PROCURADORA JURÍDICA
OAB/RO 2943



ESTADO DE RONDÔNIA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

CONTRATO N.º 37/18

“CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE OURO
PRETO DO OESTE E ZENILDA DE
FATIMA RODRIGUES, E ADOTA
OUTRAS PROVIDENCIAS.”

Aos *quinze* dias do mês de *agosto* do ano de dois mil e dezoito, o **MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**, inscrito no CNPJ sob nº 04.380.507/0001-79, com sede na Praça da Liberdade, sito à Av. Daniel Comboni nº 1156, Bairro Jardim Tropical, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Prefeito **VAGNO GONÇALVES BARROS** e **ZENILDA DE FATIMA RODRIGUES** inscrita no CPF sob o n.º643.156.572-04, estabelecida à Rua Rubens David,061, Bairro São João, na cidade Itanhém/BA doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, brasileiro, **IZALTINA APARECIDA RODRIGUES ROSA**, portador da Cédula de Identidade RG 449522, inscrito no CPF/MF sob o n.º421.068.932-72, residente em RD-101, KM 48, GLEBA 27, LOTE 116, Vale do Paraíso, Estado de Rondônia, com interveniência da **Secretaria Municipal de Saúde** neste ato representada por **MARIVANE SOKOLOWSKI**, submetendo-se as partes as legislações pertinentes, principalmente a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, que rege também a forma deste CONTRATO, conforme as cláusulas e condições seguintes:

I – DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente **CONTRATO** tem por objeto contratação para locação de um imóvel urbano em alvenaria, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 292, bairro Industrial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde para que possa funcionar o PSF (Programa Saúde da Família)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Imóvel urbano em alvenaria para funcionamento do PSF (Programa Saúde da Família) com no mínimo 05 cômodos construído contendo: 05 (cinco) salas, 02 dois) banheiro, com rua estando asfaltada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O imóvel deverá ter condições para atender com conforto os pacientes que irão procura atendimento médico, bem como oferecer segurança aos profissionais que estarão prestando serviço no local.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O LOCADOR deverá apresentar Escritura Pública do imóvel locado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Integra este instrumento contratual, a Dispensa de Licitação nº98/2018, a Proposta, os documentos que os acompanham, bem como, o Processo Administrativo nº 3082/2018, independentemente de transcrição.



**ESTADO DE RONDÔNIA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

II - DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA: O valor do aluguel mensal é de R\$. 1.300,00. (Uns mil e trezentos reais), perfazendo o valor total do Contrato em R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais) procedente do orçamento vigente para o corrente exercício. Sendo empenhado neste exercício o valor correspondente ao período de 2018, o restante será no exercício subsequente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os contratos celebrados com prazo de vigência superior a 12 (doze) meses, poderão ter seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão, pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC.

III - DOS RECURSOS

CLÁUSULA QUARTA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte programação:

Programação Financeira: 10.301.0031.2040.0000.

Elemento de despesas: 3.3.90.36.15.

Fonte de recursos: FNS/BATB

Ficha: 304.

Conforme NOTA DE EMPENHO nº 1504/2018.

IV – DA DESTINAÇÃO:

CLÁUSULA QUINTA: A locação destina-se exclusivamente para o funcionamento das atividades inerentes ao PSF (Programa Saúde da Família).

V - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

CLÁUSULA SEXTA: O Prazo para locação do referido imóvel será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração, mediante Termo Aditivo, sendo que será empenhado a dotação orçamentária suficiente para cobrir apenas o exercício financeiro 2018, ficando o restante para o exercício seguinte.

VI - DO PAGAMENTO:

CLÁUSULA SÉTIMA: O pagamento do aluguel será efetuado mensalmente, com tolerância de 10 (dez) dias úteis, mediante a apresentação do recibo mensalmente contado a partir de sua assinatura, e somente serão liberados ao contratado, após apresentação de documentos de quitação de débitos (CND – Dívida Ativa da União, Estadual, e Municipal).

VII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



ESTADO DE RONDÔNIA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

CLÁUSULA OITAVA: A Contratada obriga-se a:

- a) Pagar os impostos incidentes sobre o imóvel;
- b) Incorrer nas despesas relacionadas com:
 - b.b) As obras ou serviços exigidos pela segurança da construção ou pela correção de falhas ocorridas na edificação do imóvel;
 - b.b.b) Desgastes ou deteriorações anteriores, total ou parcialmente, à presente locação.
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente dispensa de licitação;
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação;
- f) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- g) Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

VIII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

CLÁUSULA NONA: A Contratante obriga-se a:

- a) Pagar as despesas relativas ao fornecimento de água e de energia elétrica, taxa de lixo, iluminação pública e as relativas à coleta do esgoto sanitário;
- b) Conservar o imóvel locado e a realizar nele, por sua conta, a obra de reparação dos estragos a que der causa, desde que não provenientes de seu uso normal;

Asser

JP



ESTADO DE RONDÔNIA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

c) Restituir o imóvel, quando findar a locação, no estado em que o recebeu, conforme Laudo de Vistoria, salvo as deteriorações de seu uso normal; e que o LOCATÁRIO poderá exercer o direito de retenção do imóvel locado até que seja devidamente indenizado pela execução nele:

c.c) De benfeitorias necessárias, quando os LOCADORES, previamente notificadas, houver se recusado a realizá-las;

c.c.c) De benfeitorias úteis que, por não poderem ser levantadas, a ele se incorporam.

d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do Conselho Municipal de Saúde;

e) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

IX – DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

CLÁUSULA DÉCIMA: São direitos do Contratante:

- a) Utilizar o prédio e suas instalações na forma que mais lhe convier desde que o procedimento não danifique e desvaloriza o imóvel;
- b) Rescindir o contrato e aplicar as penalidades na forma prevista na legislação vigente e neste contrato.
- c) O locador ficará responsável por qualquer tipo de recuperação do prédio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: São direitos da Contratada:

- a) Consentir a realização de obras e serviços no prédio;
- b) Ser previamente comunicado dos fatos que suspendam a execução do serviço;
- c) Receber o pagamento na forma avençada, salvo motivos de força maior.

X - DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no contrato o LOCADOR, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal, resguardado os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

- Advertência;

I- multas, nos seguintes percentuais:

- a) 0,3%(trinta centésimos por cento) ao dia sobre o valor contratado, no caso de atraso ou por ocorrência de descumprimento contratual, na execução do fornecimento ou prestação de serviço, limitado a 10%(dez por cento);



ESTADO DE RONDÔNIA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

b) na hipótese da contratada recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocado para tal, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, assim como não cumprir o objeto do certame, caracteriza-se a inexecução da obrigação assumida, sujeitando-a ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

II- As multas aplicadas serão descontadas do valor das faturas para pagamento, ou quando não existir crédito da licitante vencedora perante o contratante, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da intimação. Compensatória de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global;

III- Ficará impedida de licitar e de contratar com o contratante, pelo prazo de até 2 (anos) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, contratada que:

- a) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- b) não manter a proposta, injustificadamente;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) fizer declaração falsa;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato.

IV- Além das penalidades citadas, o locador ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da Prefeitura de Ouro Preto do Oeste e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8666/93.

V- Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo locatário, o locador ficará isenta das penalidades acima mencionadas.

VI- As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o locatário poderá ser aplicado à contratada juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados ao locador

XI- DA FISCALIZAÇÃO

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA: Após a inspeção da Secretaria Municipal de Saúde o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (conforme resolução) emitirá termo de recebimento e só então o processo será encaminhando para pagamento.

XII – DA RESCISÃO

CLAUSULA DECIMA QUART: A inexecução total ou parcial pelo locador de qualquer clausula ou disposições deste Contrato implicara na sua rescisão, independentemente de qualquer procedimento judicial.

PARAGRAFO ÚNICO – Constitui, ainda, motivos para rescisão, às causas previstas no artigo 78 da Lei 8.666/93.



ESTADO DE RONDÔNIA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

CLAUSULA DECIMA QUINTA: Ocorrendo a rescisão administrativa prevista na Lei 8.666/93, a Contratada reconhece os Direitos da Administração.

XIII- DA FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

CLÁUSULA DECIMA SEXTA: Ocorrendo fato novo, decorrente de força maior ou caso fortuito, nos casos previstos em legislação, que obste o cumprimento das obrigações convencionadas, a Contratada ficará isenta das penalidades, desde que devidamente certificada esta situação, pela fiscalização.

XIV - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS:

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA: Se sujeitam às partes às aplicações das normas da Lei 8.666/93 e, nos casos omissos, elegem as entidades Contratantes o Foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste - RO, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e como prova do acordo, é lavrado o presente termo, às fls. do livro n.º que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ouro Preto do Oeste-RO, de de 2018.


CONTRATANTE


CONTRATADA


INTERVENIENTE

TESTEMUNHAS:

- 1) 
- 2)


Procuradora Jurídica

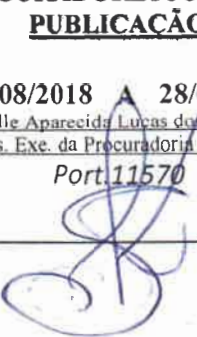
VISTO EM: 21 03 /18

Prefeitura Municipal De Ouro Preto Do Oeste/RO
PROCURADORIA JURÍDICA
PUBLICAÇÃO

DE:21/08/2018 A 28/08/2018

Kelle Aparecida Lucas dos Santos
Ass. Exe. da Procuradoria Jurídica

Port.11570



Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste – RO

Publicação nº1911

De: 21/08/2018 A 28/08/2018


Maria Teixeira de Oliveira Coelho
Dirt.Protoc.Arq.Geral e Publicação
Port.110/ GP/CMOPO-RO/2013